



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A Gramática das Contradições: Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social no Conflitos Urbano e fundiário na Comunidade da Linha, Recife-PE.

Izabella Galera

LEP - Laboratório Espaço e Política/ MDU
Departamento de Arquitetura e Urbanismo/ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Luan Silva Melo

LabHab / USP - Universidade de São Paulo

ST-09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Esse artigo propõe um relato de experiência, lançando luz sobre os limites e possibilidades na utilização de instrumentos técnicos, comuns ao planejamento formal, nos processos de assessoria técnica para habitação de interesse social em contexto de conflitos urbanos. O intuito é investigar uma gramática de repertórios e contradições inerentes a estas práticas por meio da experiência em curso com o projeto de extensão “A Linha do trem e a Linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE” desenvolvido pelo Laboratório Espaço e Política da Universidade Federal de Pernambuco, que junto de uma rede de assessorias técnicas, têm trabalhado no desenvolvimento de Planos Alternativos para a defesa da Comunidade da Linha, Zona Sul do Recife-PE. Embasado na tríade do planejamento conflitual, assessoria técnica para habitação de interesse social e a educação popular, este trabalho almeja contribuir com o repertório de grupos sócio-espaciais vulnerabilizados e profissionais engajados em conflitos fundiários em territórios populares.

Palavras-chave: assessoria técnica; conflitos urbanos; contradições; lutas urbanas.

The Grammar of Contradictions: Technical Assistance for Housing of Social Interest in Urban and Land Conflicts in the Linha Community, Recife-PE.

Abstract. *This article proposes an experience report, shedding light on the limits and possibilities in the use of technical instruments, common to formal planning, in the processes of technical assistance for social housing in the context of urban conflicts. The aim is to investigate a grammar of repertoires and contradictions inherent to these practices through the ongoing experience with the extension project “The Train Line and the Life Line: eviction, pandemic and the role of popular technical assistance in the Land Conflict in the Line Community, in Recife, PE” developed by the Space and Politics Laboratory of the Federal University of Pernambuco, which, together with a network of technical advisors, has been working on the development of Alternative Plans in defense of the Line Community, in the South Zone of Recife - PE. Based on the triad of conflictual planning, technical assistance for social housing and popular education, this work aims to contribute to the repertoire of vulnerable socio-spatial groups and professionals engaged in land conflicts in popular territories.*

Key words: technical assistance; urban conflicts; contradictions; urban struggles.

La Gramática de las Contradicciones: Asistencia Técnica para la Vivienda de Interés Social en Conflictos Urbanísticos y Territoriales en la Comunidad Linha, Recife-PE.

Resumen. Este artículo propone un relato de experiencia, arrojando luz sobre los límites y posibilidades en el uso de instrumentos técnicos, comunes a la planificación formal, en los procesos de asistencia técnica para vivienda social en el contexto de conflictos urbanos. El objetivo es investigar una gramática de repertorios y contradicciones inherentes a estas prácticas a través de la experiencia en curso con el proyecto de extensión “La Línea del Tren y la Línea de la Vida: desalojo, pandemia y el papel de la asistencia técnica popular en el Conflicto de Tierras en la Comunidad de Linha , en Recife, PE” desarrollado por el Laboratorio Espacio y Política de la Universidad Federal de Pernambuco, que, junto a una red de asesores técnicos, viene trabajando en el desarrollo de Planes Alternativos para la defensa de la Comunidad de Linha, en el Sur Zona de Recife -PIE. A partir de la tríada de planificación conflictiva, asistencia técnica para la vivienda social y educación popular, este trabajo pretende contribuir al repertorio de grupos socioespaciales vulnerables y profesionales involucrados en conflictos territoriales en territorios populares.

Palabras clave: asistencia técnica; conflictos urbanos; contradicciones; luchas urbanas.

1. Iniciando o Debate

Desde fevereiro de 2021, uma rede de apoio técnico foi formada para a defesa do direito à moradia na Comunidade da Linha, Zona Sul do Recife-PE, que passa por um conflito urbano fundiário com a empresa Transnordestina Logística S/A, envolvendo remoções forçadas nas faixas de segurança e domínio de uma conexão férrea subutilizada. Ao longo de quase dois anos, essa rede composta por profissionais das ciências jurídicas, ciências sociais, biologia, assistência social, arquitetura e urbanismo, entre outros, têm desenvolvido iniciativas em parceria com os moradores organizados no território, na busca por alternativas habitacionais e garantia do direito à cidade.

Esse artigo propõe um relato de experiência, lançando luz sobre os limites e possibilidades na utilização de instrumentos técnicos, comuns ao planejamento formal, nos processos de assessoria técnica para habitação de interesse social em contexto de conflitos urbanos. O intuito é investigar uma gramática de repertórios e contradições inerentes a estas práticas por meio da experiência em curso com o projeto de extensão “A Linha do trem e a Linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife - PE” desenvolvido pelo Laboratório Espaço e Política da Universidade Federal de Pernambuco, que junto de uma rede de assessorias técnicas, têm trabalhado no desenvolvimento de Planos Alternativos para a defesa da Comunidade da Linha, Zona Sul do Recife-PE.

O caminho metodológico que serve como farol para os trabalhos desenvolvidos na Comunidade da Linha, visa o intercâmbio de saberes entre as assessorias técnicas que compõem a articulação de apoiadores e às famílias ameaçadas de despejo. Para que essa sistematização de ideias conseguisse atingir o objetivo, nos baseamos na metodologia da pesquisa participante, que configura-se como um componente político, possibilitando discutir a importância do processo de investigação, tendo como perspectiva a intervenção na realidade social.

Segundo Le Boterf (1984), a pesquisa participante tem como objetivo auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática, e configura-se como um componente político, possibilitando discutir a importância do processo de investigação, tendo como perspectiva a intervenção na realidade social.

É fundamental reforçar aqui que as contradições são a base da sociedade capitalista, são estruturais e partem de diversos contextos, como exploração, injustiças históricas e diversas violências, onde se recebe sobretudo influência dos meios de dominação político e ideológico. Este contexto cria um ambiente contraditório e conflitante, que se explicita na organização política, onde ao mesmo tempo a luta se apresenta com aspectos revolucionários por meio de ação direta e uma crítica radical à classe dominante, acirrando a luta de classes. Entretanto esta mesma luta incorpora também com caráter assistencial, buscando ações pontuais e paliativas, entendendo os ganhos da luta popular como ajuda e caridade, tendo tanto o estado quanto a própria rede de apoio com um papel paternalista.

Alguns fatores fundamentais para acesso digno à cidade, mesmo que ainda com caráter reformista, passam por segurança da posse, disponibilidade de serviços materiais e infraestrutura, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. (BRASIL, 2013, p. 13.) Entende-se como horizonte um trabalho organizado de ações políticas e consciência de classe, em que somente a atuação da assessoria técnica para habitação de interesse social não dá conta, sendo fundamental uma atuação conjunta com movimentos sociais e um trabalho contínuo e organizado, com formação política e condições materiais para viabilizar uma defesa mais revolucionária da vida urbana.

2. A assessoria técnica em contexto de conflitos urbanos e os planos alternativos

Como explorado por vasta literatura, os conflitos urbanos têm uma natureza diversa e complexa, com interesses opostos em relação à produção do espaço urbano, quase sempre envolvendo a relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca do espaço (HARVEY, 1980, p.131-166), numa sociedade marcada pela luta de classes, podendo ser engatilhados pela questão da propriedade fundiária, pela renda da terra, valores imobiliários, produção da infraestrutura, entre outros fatores. Segundo Carlos Vainer (2007), numa reflexão sobre o lugar e papel do conflito na vida social, existem pelo menos duas concepções ou visões diametralmente opostas a respeito dos conflitos urbanos. Uma visão pode ser considerada a visão normativa que pensa o papel do conflito como manifestação de uma disfunção social que deve ser evitada e outra visão que entende o conflito como uma oportunidade de causar rupturas e promover as condições para mudanças sociais.

Nesse sentido, assumir o conflito enquanto potência de transformação do espaço é fundamental para tencionar a cultura democrática burguesa dos consensos, visto que os poderes hegemônicos que têm uma relação histórica e embaraçada entre o público e o privado na condução do estado brasileiro, sobretudo no contexto das cidades neoliberais, são concorrência desleal com os interesses da população que vive nos territórios populares. Como defende Vainer:

Recuperar o sentido virtuoso do conflito e da política, entendida como ação coletiva no espaço público que diz respeito ao exercício do poder, é o único caminho, acredito, para desafiar esta cidade que condena a imensa maioria a terríveis condições de trabalho e de vida (VAINER, 2007, p.8).

Para o autor, “os conflitos constituem dinâmicas, processos e sujeitos sociais que viabilizam e operam o permanente aperfeiçoamento do sistema ou, mesmo, em algumas visões, sua superação – através de reformas ou revoluções” (VAINER, 2014, p.3). Nessa perspectiva, Vainer avança na ideia de que o conflito tem a potência de construir sujeitos coletivos no espaço público.

É o que supostamente acontece com os atingidos por conflitos fundiários envolvendo remoções forçadas, quando se colocam numa postura ativa em direção à ação política visando a garantia do direito à moradia, acabam por contribuir na construção de uma cultura de radicalização dos conflitos e por sua vez da democracia, colocando-se enquanto sujeitos de direito e renegando a pecha criminalizadora de invasores de terras.

Por sua vez, os processos de assessoria em contexto de conflitos urbanos costumam envolver uma série de táticas¹, dentre estas o planejamento alternativo, realizado por grupos insurgentes e fora das estruturas do Estado, como colocado por Giselle Tanaka em sua tese de doutorado:

As diferentes propostas de planejamento aqui apresentadas, inicialmente denominadas de planejamentos alternativos, pelo locus de sua constituição, de fora dos espaços tradicionais e institucionalizados do planejamento, por grupos organizados, assessorados ou não por planejadores profissionais, têm em comum se apresentarem como práticas de contestação do sistema econômico e social, do poder político e suas práticas de dominação, e do modo de produção do espaço urbano (TANAKA, 2017, p.250).

Essas diferentes propostas de planejamento que trazem outras formas de se experimentar e agir sobre a cidade vêm sendo discutidas e aplicadas, no que vem sendo chamado por “Planejamento Conflitual” (VAINER, 2014), “Planejamento Autonomista” (SOUZA, 2003), “Cidadania Insurgente” (HOLSTON, 2013), dentre outros. Tais iniciativas vêm sendo de grande importância nos dias atuais, para se revisarem antigas posturas e propor algo novo, criativo, aberto e democrático.

Podemos pensar também nos métodos de trabalho que se desenvolvem em contextos de conflito, a partir de um diálogo com o movimento Internacional Situacionista, que ainda no final da década de 50, anunciavam o “Urbanismo Unitário”², fazendo uma crítica ao urbanismo clássico, indicando caminhos no sentido de entender o território de forma situada, crítica, radical, buscando a superação do status quo. Estes caminhos indicam que o processo autonomista de planejamento, tem um vínculo muito maior com a natureza do conflito e seu processo, servindo principalmente como um instrumento de luta em situações específicas, e não com um ideal de cidade harmônica e consensuada. Como foi afirmado por Vainer *et al* (2013)

a emergência da situação condiciona o método, o tempo de elaboração e demais aspectos do processo de planejamento, exigindo produtos preliminares ou provisórios que servem de instrumentos de luta em momentos específicos O ritmo do conflito e as condições e conjunturas políticas, econômicas e sociais no qual ele se dá intervêm nas formas como o processo de planejamento se desenvolve, como agentes em questão se relacionam para realizá-lo; na abrangência, escopo e detalhamento do que

¹ (...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Bülow, e no espaço por ele controlado. (CERTEAU. p. 100, 1994)

² “No Congresso de Alba, o Urbanismo Unitário sintetizou a possibilidade de ação conjunta dos diferentes grupos de vanguarda, trazia a irradiação de um plano de ação que atacava não só as artes fragmentárias como o funcionalismo, propondo um caminho de transformação do mundo que passava pela cidade. Produzir a cidade era ao mesmo tempo transformar a totalidade do vivido e colocar fim à criação artística realizando-a no cotidiano. A revolução adquiriria uma nova forma de ação, que passava irremediavelmente por uma inteiramente nova produção do urbano atrelada à transformação total e profunda da vida cotidiana” (GONÇALVES, G. R. 2017. p. 520).

é incluído no produto; no cronograma de entrega e na destinação e divulgação dos produtos; e, também, na forma como essa divulgação se dá: para quem, em qual mídia, em qual local, envolvendo quais atores. (VAINER et al. 2013, p.17)

Nesse sentido, não é negando as contradições e limitações de cada caso e sim assumindo e entendendo-as como um processo dialético e não binário. Uma das principais características dessas práticas de participação direta dentro do planejamento urbano é que ele parta de “baixo pra cima”, sendo insurgente, atuando “apesar do Estado”, “contra o Estado” ou “pelo/com o Estado”, conforme Souza (2010) discute para entender os movimentos sociais urbanos dentro das práticas espaciais entre a luta institucional e a ação direta.

Ou seja, a participação no processo de pensar a cidade e fazer a cidade não se apresenta apenas como uma das ideias de direito à cidade, mas deve ser entendida como a sua essência. Para Lefebvre o “direito à Cidade” só acontecerá com a superação do valor de troca, com a vida urbana pautada no seu valor de uso, e talvez assim nem cidade (como esta que conhecemos e concebemos hoje) existirá.

3. A Comunidade da Linha Resiste: trilhando formas possíveis de permanência no Sítio Santa Francisca.

A Comunidade da Linha, localizada no bairro do Ibura, Zona Sul do Município do Recife, é formada pelo encontro de duas Comunidades de Interesse Social (CIS Sítio Santa Francisca e CIS Paz e Amor / Beco do Michelin), nos termos atribuídos pelo *Atlas de Infraestrutura e Comunidades de Interesse Social do Recife (SANEAR, 2014)*. Assim como em outras áreas precarizadas da cidade, a comunidade é formada por uma população de baixa renda, que pelo não acesso à terra urbanizada, em decorrência dos processos históricos³, deram a si mesmas uma solução habitacional, ocupando áreas consideradas de baixo valor econômico e alto risco ambiental, como as encostas de morros, os alagados e no caso da Comunidade da Linha, as faixas de domínio de uma conexão férrea subutilizada, que faz ligação entre os eixos Sul e Centro do Metrô do Recife e hoje em dia serve para de tempos em tempos conduzir as composições do veículo leve sobre trilho (VLT) para a manutenção.

³ Fundados na colonização escravocrata do Brasil, com a concentração de poder político e terras nas mãos de poucos, e mais tarde com as migrações campo cidade em decorrência da industrialização nos meados do século XX e o adensamento não coordenado dos centros urbanos.



Figura 1. Mapa 03 PEI - Faixas de Possível Remoção (fonte: elaborada pelos autores).

Em 2011, os moradores que dão uma função social à área e ocupam-a desde o início dos anos de 1990, foram surpreendidos com a abertura de um processo judicial por parte da empresa Transnordestina Logística S/A, que faz a gestão da malha ferroviária nordestina. Segundo o contrato de gestão da malha ferroviária, a concessionária deve reivindicar judicialmente a ocupação das faixas de domínio, que representam a extensão de terras com 15m paralelos para cada lado da linha férrea, como previsto no Art. 4o, inc. III-A, da Lei Federal no. 6.766/79 que diz:

Art.4o(...) III-A. – ao longo das águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado.

Mesmo sem um projeto objetivo para a área, cerca de cinco ações de reintegração de posse caminham na justiça, fragmentando o entendimento sobre que extensão de terras que devem ser liberadas nas faixas paralelas à linha férrea, variando entre 6m, 15m e chegando a 21m, causando insegurança jurídica aos moradores que em fevereiro de 2021 tiveram uma sentença negativa indicando a demolição de 20 casas pulverizadas ao longo da zona de remoção, vale ressaltar que em pleno a pandemia da COVID-19 e sem nenhuma solução habitacional compensatória apontada. A seguir um trecho da sentença:

Processo no. 0011313-25.2011.4.05.8300 " III - DISPOSITIVO: ISTO POSTO, julgo procedente o pedido , extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, para assegurar à autora a reintegração de posse da área especificada na inicial apenas na parte que corresponde à faixa de domínio da linha férrea (Ramal Edgar Werneck, entre a Av. Dom Hélder Câmara e o muro do Aeroporto Internacional dos Guararapes) e a consequente demolição das construções ali erguidas" (ARA CARITA MUNIZ DA SILVA - Magistrada, 2021).

Diante das ameaças surge o Coletivo a Comunidade da Linha Reiste, que junto de uma rede de parceiros têm realizado ações de incidência política em direção de uma solução habitacional para os moradores diretamente atingidos. Dentro dessas ações foi realizada uma pesquisa⁴, para dimensionar o impacto social das remoções no território, onde foi apontado o número de 734 pessoas na zona de remoções, distribuídas em 210 habitações, no pior cenário. Além disso, foram realizados atos de rua, assembléias comunitárias, cine debates, reuniões com agentes públicos, engajamento do movimento na articulação nacional Despejo Zero⁵, entre outras iniciativas.

Somando-se a essas tantas iniciativa, a sistematização dos processo e resultados de uma experiência pedagógica, por meio da disciplina eletiva no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, *Oficina de Desenho Urbano VI*, que teve como estudo de caso o conflito fundiário na Comunidade da Linha e ensaiou cenários alternativos às remoções forçadas, culminando no *Plano Emergencial de Incidência - Contexto e Cenários Alternativos para o Conflito Fundiário na Comunidade da Linha (PEI)*⁶, numa postura ativa em direção a garantia do direito à moradia da população diretamente impactada na zona de remoções, a fim de dialogar com os diversos atores produtores do espaço.

Como desdobramento da Disciplina Eletiva, surge o projeto de extensão chamado: A Linha do trem e a Linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE, que objetiva ação continuada no território, e tem como base o Plano Emergencial de Incidência, porém compreende a necessidade do enraizamento tanto da universidade quanto dos assessores técnicos, no cotidiano do território, e atua em 3 círculos: (i) mobilização e comunicação, (ii) assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS) e (iii) Cartografia Social / Memória.

Neste conjunto de ações combinadas, pode-se compreender 2 dimensões das ações: As ações territoriais e os atos, reuniões e aulas fora da comunidade. As ações que ocorrem dentro da comunidade foram principalmente assembléias amplas, cine-debate, reuniões quinzenais com a comissão de moradores que foi se formando para discutir as pautas principais e oferecer um acompanhamento cotidiano mais aproximado e formativo, buscando garantir um grupo coeso e autônomo no território.

Além disso ocorreram diversas atividades do projeto de extensão em forma de Oficinas de Cartografia Social (cartografia dos sonhos, cartografia do território e cartografia da linha da vida), levantamento técnico das casas atingidas pela linha do trem, e posteriormente por demanda dos moradores, o levantamento de alternativa para o espaço do lixo a céu aberto, e as festas

⁴ Pesquisa Social realizada por uma rede de parceiros junto ao coletivo A Comunidade da Linha Resiste e que serviu de instrumento para a incidência política no processo de adiamento do despejo. Disponível em: [Relatório de Pesquisa Social - Sítio Santa Francisca by CAUS Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade - ISSUU](#)

⁵ A Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade, criada por movimentos e organizações sociais, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. Lançada no mês de junho de 2020, a ação busca resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis e também as pessoas em situação de rua.

⁶ [Plano Emergencial de Incidência - Contexto e Cenários Alternativos para o Conflito Fundiário na Comunidade da Linha \(PEI\)](#)

comunitárias que conseguiram aglutinar muitos moradores, e ocorreram no dia dos pais, dia das crianças e festa de natal.



Figura 2. Atividade de Cartografia social - Mapeando a Comunidade, data: 27/08/2022 (fonte: foto de Luana Costa).

Vale ressaltar que em 2022 o Projeto de Extensão EcoMangue, inserido no departamento de ciências biológicas, tem sua base na Comunidade da Linha, na Mata Uchoa e na Escola Apolônio Sales, que fica nas mediações da comunidade. Estes dois projetos de extensão hoje trabalham de forma colaborativa e agregada, fortalecendo o caráter interdisciplinar de ambas experiências, e unindo o debate da luta por moradia, direito à cidade e justiça Socioambiental. É importante aqui mencionar que a Comunidade da Linha está localizada em uma área de manguezal, e tem em sua frente, como vizinha, a Reserva Ambiental Mata do Engenho Uchoa, onde o projeto Ecomangue atua.

A outra dimensão que podemos ver são as ações que se dão fora da comunidade, como os atos de rua, que ocorreram sobretudo entre os meses de março, abril e maio de 2021. As Audiências Públicas, que em 2021 ocorreram de maneira virtual, mas em abril de 2022 voltaram ao formato presencial na Câmara dos Vereadores de Recife, tratando das diversas comunidades ameaçadas por despejo. Em maio na Assembléia Legislativa de Pernambuco, onde houve uma mobilização de diversas comunidades ameaçadas pela Ferrovia Transnordestina Logística, esta audiência reforça o impacto regional causado pela Transnordestina, e tem com estratégia unificar as diversas famílias que estão ameaçadas por despejo pela empresa, tanto em Recife, como é o caso da

Comunidade da Linha, quanto na Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde há mais de 4.500 famílias⁷ sob ordens de despejo.

Como desdobramento dessas audiências e da apresentação dos estudos desenvolvidos nos processos de assessoria, foi criado um Grupo de Trabalho para avançar na negociação dos casos de forma mais justa, buscando caminhos possíveis para o conflito fundiário, com a participação de representantes da Ferrovia Transnordestina Logística, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Defensoria Pública da União; Ministério Público de Pernambuco (MPPE); Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco; Prefeitura do Recife; mandato dos vereadores Ivan Moraes e Dani Portela; mandato das Juntas Co Deputadas; Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH); Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS); Laboratório Espaço e Política (LEP UFPE) e representantes do Coletivo Comunidade da Linha Resiste.

Apesar do pequeno avanço com a mobilização de atores tomadores de decisão para compor uma mesa de negociações, o Grupo de Trabalho só foi se reunir em outubro de 2022, onde a maior parte dos órgãos envolvidos no conflito não estavam presentes. Este encontro teve como encaminhamento o adiamento do Grupo de Trabalho por mais 90 dias, e deixa explícito a morosidade do processo da luta institucional e a falta de interesse dos órgãos envolvidos em assumir a responsabilidade na negociação em busca de alternativas possíveis para as famílias. Como saldo positivo do Grupo de trabalho avançou na articulação das comunidades que hoje estão ameaçadas por despejo pela transnordestina, onde uma insira a outra para buscar outras vias de resolução do conflito. Além disso, conquistou-se uma maior abertura para dialogar e propor alternativas para as habitações que são atingidas pela linha férrea, bem como em pensar na proposição do espaço livre ao longo da faixa de segurança de 6 metros.

Atualmente existe dois trabalhos finais de graduação sendo elaborados por extensionistas, onde um mergulha na alternativa habitacional para reassentamento das famílias, em um terreno ao lado da comunidade, que foi identificado e apontado no PEI, e o outro busca aprofundar em uma proposta de espaços livres públicos para à áreas remanescente da linha férrea, na faixa de segurança. Além disso, uma nova disciplina eletiva com caráter extensionista iniciou em dezembro de 2022, junto da Comunidade da Linha, e está aprofundando no debate das ZEIS - Zonas especiais e interesse social no Recife, e a luta territorial em contexto de conflitos urbanos e fundiários. Estes trabalhos apontam para uma das diretrizes principais do projeto de extensão que é a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Além das audiências, a participação das moradoras e moradores da Comunidade da Linha em aulas na Universidade Federal de Pernambuco, a participação no curso de defensores populares pela moradia, que ocorreu em setembro de 2022 e aglutinou diversos lutadores de Recife. Também houve algumas visitas em outras comunidades de resistência, como intercâmbio fortalecendo a articulação política entre os territórios de luta, e também a participação de uma das lideranças no *II Fórum de Assessoria Técnica do Nordeste* que ocorreu em Fortaleza-CE. Todas estas ações fora da comunidade explicitam a importância da experiência de ocupar diversos

⁷ Fonte: Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2021/11/24/juntas-questionam-despejos-no-percurso-da-ferrovia-transnordestina/> Acesso: 20/12/2022.

espaços de resistência, seja por meio de ação direta, ou por meio da luta institucional, fortalecendo as redes de contato e aumentando o capital político da luta territorial.

Apesar das contradições envolvendo direito a moradia, pandemia global e despejo forçado, as iniciativas de incidência já conseguiram alguns ganhos ao longo destes dois anos, como a assinatura da Ata de uma das reuniões do Grupo de Trabalho, onde as diversas instituições se comprometem a garantir que o processo de reintegração de posse leve em conta a faixa de segurança de 6m de cada lado da linha, sendo a dimensão mínima prevista por lei, que poderia chegar até 21 metros, dependendo da interpretação de cada juiz. Também com a sinalização da Prefeitura do Recife para a doação de um terreno próximo para o reassentamento das famílias com habitações totalmente inseridas na zona de remoções, ambas ações propostas no PEI.

Além disto o processo continuado de formação conjunta, mobilização e rastreamento das histórias de vida e a história do bairro, reforçando o sentimento de pertencimento dos moradores e a representação coletiva do território por meio das oficinas de cartografia social tem como principal saldo os vínculos afetivos entre os moradores e os estudantes, entendendo que todos neste processo são extensionistas.

Outro avanço que surgiu de uma necessidade de organização coletiva foi um espaço físico para as reuniões e atividades comunitárias, pois a centralização das mesmas na casa de uma das lideranças gerava afastamento de outros moradores. Diante deste contexto, um espaço no beiral da linha foi cedido por uma das moradoras para ser o Centro Comunitário da Linha, e hoje serve como espaço comum para diversas atividades.

A permanência das famílias no território também só foi possível durante estes dois anos pela luta judicial, que junto da Campanha Despejo Zero elaboraram uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 e conseguiram adiar milhares de despejos até dia 31 de outubro de 2022. Atualmente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) define alguns requisitos para que ocorra os despejos coletivos, sendo o principal uma mesa de negociação, que no caso da Comunidade da Linha, já vem acontecendo por causa do processo de incidência e da apresentação das propostas alternativas com o PEI.

Uma das contradições que já pode ser apontada pelo processo de atuação no território é a temática em torno do despejo, que gera uma desconfiança muito grande na maior parte dos moradores, principalmente pela morosidade dos processos judiciais, que nunca apresentam uma alternativa definitiva para a resolução do conflito, e em muitos casos uma descrença de que as casas serão removidas, posto que este conflito já ocorre desde 2011 e nunca aconteceu nada. Isto aponta para refletirmos sobre como a iminência do despejo ao mesmo tempo que mobiliza os moradores a lutar e defender o território, também, após a baixa de adrenalina, e o processo judicial e de negociação de instaurar, esvazia o interesse e causa desconforto em ser levado sem um horizonte factível.

Neste sentido, as táticas utilizadas foram falar sobre as outras demandas que o território necessita e deve pautar, como a falta de agente de saúde, saneamento básico e a questão do lixo a céu aberto e as áreas de lazer. Mesmo que a ameaça de despejo seja constante e não esteja resolvida, questões mais urgentes da vida cotidiana atravessam a Comunidade da Linha, e podem ser envolvidas neste processo de assessoria técnica entendendo o caráter aberto do processo de

acompanhamento da comunidade, compreendendo essas demandas também como fatores de mobilização dos moradores em torno das questões da urbanidade do bairro. O interesse e engajamento das moradoras em relatar as ausências de assistência médica e acesso ao posto de saúde pela comunidade explicitou a necessidade de uma luta transversal de direitos, onde a moradia digna só é possível se outros direitos sejam igualmente pautados.

Nestes últimos dois anos (2021 e 2022), desde que o conflito urbano e fundiário da Comunidade da Linha tensiona em plena pandemia do Covid 19, muitas foram as táticas e estratégias que o Coletivo Comunidade da Linha Resiste veio praticando, de forma experimental e investigativa, com intuito de garantir a permanência das mais de 200 famílias que vivem na comunidade, e também de alargar os direitos que a comunidade hoje não tem acesso. Ou seja, a resistência pela permanência da comunidade no território é só a ponta do iceberg, onde diversas formas de ações combinadas e em tempos distintos costuram um conjunto de táticas para se lutar pela justiça territorial e a garantia dos direitos fundamentais que hoje não são efetivados no território.

A partir destas reflexões, olhamos para o conflito social urbano como uma potência que pode gerar uma força criadora, e da reflexão sobre o papel da assessoria técnica popular em situações de conflitos, entendendo a importância que se aproximar da pedagogia de Paulo Freire que serve como farol para pensar em um planejamento conflitual comprometido com a dialogicidade entre o saber popular e técnico, sem reproduzir a estrutura de opressões que nos amarram.

Deste modo, partimos da assessoria técnica popular que se refere à ideia do "fazer" e do "que fazer", comprometida com as lutas populares, com a resistência contra o Despejo, com as práticas socioespaciais cotidianas e com a autoprodução do espaço. O conceito do "que fazer" é iluminado pelo pensamento de Paulo Freire (2002) sobre a práxis libertadora. Para o autor, "o que fazer" é a expressão da práxis ligada à ação e à reflexão. Processo em que o sujeito, refletindo a partir de sua prática e, nesse contexto, da prática espacial, transforma-se em torno de um processo dialético de constante transmutação.

A Educação Popular, centrada nas reflexões de Paulo Freire, fomenta a troca de saberes, a elaboração conjunta de perguntas e respostas geradoras, a capacitação efetiva das moradoras e moradores e a capacidade de replicar essa capacitação no território onde se vive. A resistência que se consolida a partir do Conflito Fundiário, reforça um circuito de afetos e de solidariedade, que é carregada de uma radicalidade que Freire (1997) defende como sendo a partir da "ética na luta e boniteza na briga".

A conjuntura Brasileira é de grande instabilidade em todas as dimensões da vida, e uma das que mais se agrava é a de acesso à moradia digna. Diversas são as demandas por políticas públicas voltadas para a habitação popular e planejamento urbano que atendam as áreas mais carentes das cidades. Como resposta, as comunidades acabam por se organizar de maneira autônoma, a partir de redes de solidariedade e uma das alternativas possíveis para a garantia das comunidades em seus territórios é a assessoria técnica popular.⁸ Neste sentido, conforme aponta Gordilho Souza, et al:

⁸ Lei Federal de Assistência Técnica no.11.888/2008.

Um dos instrumentos passíveis de contribuir para que comunidades organizadas se fortaleçam em torno de um projeto comum é a assistência técnica social⁹. (GORDILHO SOUZA, et al. 2018, p.1)

O anseio de diversos profissionais do campo da arquitetura, urbanismo e áreas afins, movimentos sociais, comunidades atingidas por conflitos sociais urbanos e pesquisadores é de elaborar uma práxis nos sentido de ampliar o acesso à assessoria técnica com caráter popular, de uma universidade pública emancipatória e acessível e da universalização do acesso aos direitos fundamentais defendido na Constituição de 1988, que sucessivamente vêm sofrendo um desmonte em nosso país.

É nesta tríade do planejamento conflitual, educação popular e assessoria técnica popular que servem como subsídio teórico dando suporte às práticas espaciais do movimento da Comunidade da Linha Resiste.

4. Uma gramática das contradições

O *hackeamento* da linguagem da cartilha do planejamento formal para engendrar narrativas técnicas como instrumento de ação política nas lutas sociais urbanas, pode ser visto como uma das táticas de contra-ataque, ou mesmo como forma de colocar esses instrumentos como co autores nas disputas pela produção do espaço urbano, que teriam a capacidade de influenciar a opinião pública e constranger os tomadas de decisão, num processo de incidência política que parte de baixo para cima, dos oprimidos para os opressores. No entanto há quem diga que existe uma fetichização em torno dessas práticas, que como relembra Giselle Tanaka (2017) retornam ao cenário das lutas urbanas no contexto das resistências às violações de direitos humanos impostas pela organização dos megaeventos sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016). Seriam os planos alternativos a negociação dos termos da rendição (BAIERLE, 2012, p.6)? Ou instrumentos de postura reformista, sem potencial para contribuir com perspectivas de reformas estruturais da sociedade?

Esses limites e possibilidades, em relação dialética e não binária, podem ser observados no relato de experiência aqui apresentado com a assessoria técnica no caso da resistência na Comunidade da Linha, que lança mão dessa prática insurgente visando a defesa do território, frente a uma ameaça de despejo forçado. A partir daqui, vamos aproximar a lente para observar algumas dimensões das contradições presentes no processo de assessoria técnica, destacando os impactos do “Plano Emergencial de Incidência” no desenrolar do conflito. Para tanto, vamos iniciar essa leitura crítica buscando entender o que é a técnica e seus limites como narrativa nas lutas sociais.

Pois bem, como sabido, a técnica é tão antiga quanto a própria humanidade e todas as descobertas são produtos da técnica. Nos períodos pré-históricos essas descobertas eram atribuídas às divindades, ao mundo mágico, como no período paleolítico com a invenção da pedra

⁹ “A partir dessa conquista foram fortalecidas outras articulações no âmbito do acesso à moradia digna, resultando na aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, instituídos pela Lei Federal nº 11.124/2005. Ressalta-se ainda a elaboração do PlanHab em 2008 para nortear o SNHIS e a aprovação da Lei Federal nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social em áreas urbanas ou rurais. “ (GORDILHO SOUZA, et al, 2018 p.2)

lascada, passando pela invenção da agricultura no período neolítico etc. Foi só na Grécia Antiga que surgiu o termo *téchne*, que busca expressar um “saber organizado” que poderia ser transmitido por meio da educação e seria uma oposição ao termo grego *physis* que significa natureza.

A *téchne* grega - e seu prolongamento: a *ars* romana - é uma forma elaborada e sistematizada de técnica. Uma técnica aperfeiçoada pela educação de geração a geração, chegando mesmo a ser apresentada e descrita em livros e compêndios e não, simplesmente, sabida quase em segredo - como são as técnicas - pelos profissionais. A partir da sua instituição apareceram técnicas que não tinham mais caráter mágico. Pelo contrário, as *téchne* e as *ars* eram organizadas e ensinadas sob um perfeito aspecto lógico e objetivo [...] (VARGAS, 1992, p.100).

Ainda segundo VARGAS, mais tarde, esses conhecimentos foram utilizados pela burguesia renascentista para, junto do sucesso comercial, atingir seu poder político:

No Renascimento houve uma intensiva atuação da burguesia, liderada por príncipes esclarecidos, sobre o mundo, com o auxílio das técnicas - à base das traduções vernáculas dos tratados antigos: Vitruvius, na arquitetura e na construção; Ptolomeu, nas descobertas geográficas; Hipócrates, na medicina, etc. (VARGAS, 1992, p.100).

Porém a técnica como conhecemos hoje, surge com o advento das ciências modernas, um saber fazer lastreado pela teoria e pela experimentação científica. A técnica é o meio pelo qual fazemos as coisas, pressupõe uma forma ideal e se dá como a parte prática e sistematizada do pensamento. Contudo é fundamental diferenciarmos a técnica vista de forma singular e fragmentada, e a técnica enquanto um fenômeno.

Para Milton Santos a técnica deve ser vista em sua totalidade, não somente como um conhecimento científico, hegemônico e deslocado da realidade concreta, dos aspectos geográficos, emocionais e históricos. Para o autor a técnica é uma das bases da relação entre homem e natureza, tendo um caráter social intrínseco em sua concepção.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 1996, p. 16)

O autor continua defendendo a técnica como fator fundamental da composição de sociedade, e produtora de espaço. Por isto, a história da técnica deve ser lida pelo seu aspecto material e imaterial, e deve ser reforçada como central na vida humana, “ pois é assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade.” (SANTOS, 1996, p. 14)

A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (SANTOS, 1996, p. 13)

Para a modernidade, a técnica é entendida como uma manifestação técnico-científica, negando sua abrangência e diversidade. Nega as manifestações técnicas que emergem da própria ação, levando a crer que a técnica é um sistema de ações racionais e ordenadas. Tendo esta visão positivista da técnica-científica como verdade absoluta, marginaliza todas as outras formas de fazer que não acompanhem a mesma lógica linear, sendo usada sobretudo como instrumento de controle, instauração de normas e ordenamento unilateral que fica nas mãos de supostos “especialistas”, cada vez mais divididos em áreas do conhecimento que não dialogam.

Não é diferente se focarmos na produção do espaço, nas áreas da arquitetura, planejamento urbano e regional, a técnica que muitas vezes é expressa por meio do “projeto” é tida como um instrumento de controle do espaço e suas transformações, que seriam baseadas num saber lastreado pela verdade científica. Nesse sentido é a linguagem “aceita ou reconhecida” pelo estado e suas instituições, e pelos grupos sociais que a dominam em detrimento dos saberes produzidos nos territórios populares e auto construídos.

Em uma situação de conflito fundiário, como o da Comunidade da Linha, é nesse momento que surge a necessidade da tal “assessoria técnica” como interlocução entre o grupo sócio-espacial ameaçado de despejo e os atores tomadores de decisão.

Em princípio a assessoria técnica – à diferença do assistencialismo – deve fortalecer a autonomia desses grupos (KAPP, 2018, p.221). Justamente para subverter a lógica tecnocrática de um saber superior que costumeiramente acaba por tutelar os desprovidos deste saber, os colocando em categorias como cliente, usuário, beneficiário ou comunidade e desconsiderando-os enquanto sujeitos políticos capazes de decidir sobre seus próprios destinos.

Talvez um fator que seja chave para diferenciar a assistência (muitas vezes assistencialistas, outras não) da assessoria, que busca processos mais autônomos, seja sobretudo, uma questão de tempo. Não existe possibilidade de superar problemas estruturais e profundos de desigualdade que ocorra em um curto espaço de tempo. Como diria Caetano Veloso, “Ainda assim acredito ser possível reunirmo-nos, Tempo tempo tempo tempo, num outro nível de vínculo... Tempo tempo tempo tempo” (1979)

As temporalidades são fatores extremamente relevantes para entender os desafios que acontecem nas experiências de planejamento e a assessoria técnica em contexto de conflito fundiário. Diversas urgências acabam se sobrepondo, ora acirrando de um lado as demandas, ora arrefecendo de outro. Nesse sentido, a ordem de despejo quando iminente cria um estado de tensão contínuo, que mobiliza atenção e energia para buscar resolução, mesmo que a melhor das táticas seja ganhar tempo.

Todavia outras urgências muitas vezes passam a capturar maior energia para sobrevivência dos moradores, como a fome, que Josué de Castro há muito tempo atentou, para um dos grandes motores morais da vida humana, agravado durante a pandemia, porém o drama da fome “ eis um problema tão velho quanto à própria vida. Para os homens tão velho quanto a própria humanidade” (CASTRO 1959, p.11). Junto a isto a falta de emprego, o adoecimento de pessoas próximas, a própria saúde mental dos moradores, situações iminentes de risco.

Para além de todo este contexto, falar de risco socioambiental também é entender como o racismo ambiental recai sobre os territórios periféricos, como foi o caso da Comunidade da Linha, durante as chuvas de 2022, que as enchentes atingiram grande parte do bairro, dentre inúmeros motivos que fazem com que a vida demande um estado de alerta que tornam a luta contra o despejo secundária diante de outras situações.

Já o tempo do planejamento e das ações institucionais são outros, lento, cheio de idas e vindas e com intervalos de tempo que acabam desmobilizando e gerando cansaço, descrença e a impressão que toda a pressão popular e luta não avançam concretamente. Os prazos muitas vezes se aceleram e acabam atropelando o processo de participação e apropriação dos moradores na tomada de decisão e direito de escuta. Por outro lado, muitas vezes estes prazos alargam e acabam por perder o ritmo da negociação. Neste processo de luta contínua porém com tempos de maior atividade e tempos de maior calma, muitos moradores mudaram de casa, alugando suas residências para outros moradores, e indo muitas vezes morar em casas alugadas dentro da comunidade, mas sem a ameaça de despejo.

Entre o estado de alerta absoluto, e de total esquecimento de políticas públicas faz com que o fim último das lutas territoriais muitas vezes seja “ganhar tempo”, lutar para seguir resistindo, e quando um horizonte mais esperançoso, alcançar a casa própria, a regularização da comunidade e o acesso à terra urbanizada e aos serviços do estado. Ou seja, o que a princípio seja uma luta que se dá contra o estado, pautando direitos fundamentais e questionando o papel do estado, de maneira radical e acirrando o conflito. Por outro lado passa a ser a busca incessante de acessar o estado como um agente paternalista, caindo em armadilhas clientelistas para ações paliativas em troca de resolver o conflito.

Vale não esquecer que o estado que temos hoje é fruto da classe burguesa, que compõe e domina seus interesses desde o princípio da sua existência, e está diretamente ligado ao ideal de família (patriarcal) e da propriedade privada, como aponta Engels (2019) no livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Neste sentido, é evidente ao servir para cumprir os mandos da classe dominante, o estado serve para suprimir as lutas de classes e acaba por ser uma dos principais violadores de direitos, ou como afirma Darcy Ribeiro (2006) no livro *O povo Brasileiro*, o Brasil, enquanto nação é uma “Máquina de Moer gente”, comparação que faz ao remeter aos engenhos de açúcar do nordeste.

Por mais que o discurso dos movimentos sociais, ativistas, apoiadores, assessores técnicos e setores da esquerda progressista caminhe por uma imagem “revolucionária” de atuação, na prática trilha seu argumento a partir da lei e por ganhos de direitos básicos, de caráter reformista. Outra contradição ocorre quando as lutas territoriais passam a ter como estratégia somente ocupar espaços de representação na estrutura institucional, sem questionar o Estado- Burguês e engajar força em um trabalho de base, comprometida com práticas de fato emancipatórias. Como aponta Tiago Castelo Branco “cabe destacar que, no Brasil depois da Constituição de 1988, seguir a lei se tornou um ato “revolucionário”. (LOURENÇO, 2014, p.99)

Diante deste contexto, Lourenço (2014) prossegue apontando também o fetiche pela participação cidadã nos espaços institucionais, que por mais que detenha ai avanços inegáveis, se resume a uma participação de fachada, sem que a tomada de decisão e não incide em nada na transformação estrutural da sociedade.

Assim, a participação costuma se dar apenas dentro dos limites institucionais: a população participa, mas interfere pouco ou nada nas decisões tomadas antes do momento da participação, acaba tendo o papel de legitimá-las. Nesse sentido, o participacionismo também é uma construção proveniente das disposições que encontramos entre os representantes da pequena burguesia. (LOURENÇO, 2014, p.97)

Há radicalidade que os conflitos convocam, tem no campo da arquitetura e urbanismo e no planejamento urbano um esforço coletivo principalmente em torno sobretudo da cidade como locus de privilégio, onde se dá sobretudo em conflitos de relações de produção e reprodução da vida. Existe de um lado o valor de uso da cidade e por outro o valor de troca, estas duas dimensões estruturam disputas pelo acesso a terra de forma constante e contraditória. Se por um lado a luta territorial que emerge e se intensifica nos conflitos fundiários, tem na mesma estrutura de narrativa o acesso à propriedade como fim último. Contudo os interesses de diversos agentes produtores do espaço são conflitantes, e tem em espaços de negociação um ambiente que muitas vezes só busca jogar para o outro agente assumir a responsabilidade por questões que abarcam o nó do acesso a terra.

A experiência da Comunidade da Linha aqui apresentada, dialoga com outras experiências de assessoria técnica para habitação de interesse social em territórios que atravessam contextos de conflito, em situações limites, nas frestas das políticas públicas, mas não abrindo mão do Estado e de suas responsabilidades, pelo contrário, tensionando e cobrando outra postura, como nos mostra Amore *et al* (2018).

a experiência de uma prática limite, realizada em um ambiente bastante inseguro do ponto de vista jurídico e administrativo, onde os grupos e pessoas que tomam o serviço estão em situação de alta vulnerabilidade, em enfrentamento e/ou em negociação com o Estado para defesa do direito à moradia e a uma boa localização como parte dos direitos humanos, contestando o direito à propriedade e, de certa forma, as políticas públicas vigentes. (AMORE, C. S.; HORIZOSHI, M. R. S. B.; PEREIRA, R. B. 2018)

O conflito é entendido aqui como uma fagulha que pode causar um incêndio, a partir dela algo de agita e tem o poder de, quem sabe, se transformar em outra coisa. Entretanto, ela por si só não transforma nada, muitas vezes apenas desloca os mesmos problemas, mas mesmo assim serve como aglutinador e meio de contestação. Caminhar no sentido da transformação mais profunda da sociedade só será possível de forma organizada, e não espontaneísta, conforme nos ensina Lênin (1902) no livro “Que Fazer”. Ou seja, por mais que no momento de aglutinação e tensionamento do conflito, situação limite que propicie práticas inventivas, é num processo continuado de formação política e luta de classes que as transformações podem ser possíveis.

Neste sentido é fundamental um processo de agitação e propaganda que conduza a uma consciência de classe. Posto o cenário de desinformação e grande interferência dos meios hegemônicos de comunicação, da ideologia política tão entranhada no nosso cotidiano, cabe um trabalho árduo de revisitar a todo momento as contradições inerentes do nosso meio de produção capitalista, tentando superá-los, mesmo que seja para ter novas contradições para enfrentar e revisitar. Neste sentido, o poder popular é fruto da luta coletiva, travada contra todas as formas de opressão, entretanto a pergunta que temos que fazer é quais as armas que nós elegemos para lutar nesta guerra?

5. Considerações finais

Abram caminho para o rei
Sorriam em vez de se curvar
Ele é justiça ele é a lei
Que fez pra nos levantar
Pra nos por de pé, nos erguer
E lançar pra Orum nosso olhar
Não há justiça se há sofrer
Não há justiça se há temor
E se a gente sempre se curvar
Kawó kabiecilè xangô obá iná
(GERMANO. Obá Iná, 2010)

Diante da dialética observada entre as potências e contradições dos planos alternativos, a investigação ora proposta busca entender quais são os limites e possibilidades do uso desse instrumental na prática de assessoria técnica contra remoções forçadas e na luta pela qualificação urbana dos territórios populares. Retomando Marcelo Lopes de Souza (2010), o que é possível fazer com o estado, apesar do estado e contra o estado?

Ativistas e pesquisadores percebem, cada vez com mais acuidade, que a eficácia política de uma ação ou ativismo repousa, largamente, em sua capacidade de obter apoio de diferentes tipos – incluindo-se aí a tarefa, amiúde difícil e necessária, de granjear simpatia por parte da ‘opinião pública’, via de regra modelada pela grande imprensa – a partir de uma bem-sucedida articulação de escalas; vale dizer, mediante a articulação de atividades e frentes de combate situadas em escalas distintas. (SOUZA, 2013, p.196)

Um dos grandes desafios no processo de assessoria técnica para habitação de interesse social é o real entendimento dos papéis que cada um dos atores tem na luta em defesa dos territórios. É necessário constantemente entender e dialogar tanto com os moradores, quanto com os estudantes extensionistas as atribuições de cada ator e seus diferentes objetivos e funções no processo. Estas diferenças devem ser constantemente repactuadas, tendo em vista as expectativas de cada um ao longo do processo, que muitas vezes acabam se concentrando em ações assistenciais. Neste sentido, muitas vezes “as contradições têm o péssimo hábito de não se resolverem, apenas se deslocarem” (HARVEY, 2016, p.17).

Um ponto fundamental apresentado no Relatório Social da Comunidade da Linha, foram os marcadores sociais, que revelam que as principais atingidas pelo conflito fundiário da Comunidade da Linha, são mulheres negras, mães e responsáveis pelo lar. Esta realidade, herdada do nosso passado escravocrata colonial, só reforça a necessidade de pensarmos em políticas de reparação histórica e compromisso com a valorização destas sujeitas revolucionárias, que como Lélia Gonzalez defende, “coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade” (GONZALEZ,2020 p.33).

É nesta direção e a partir desta mesma realidade que Carolina Maria de Jesus, em sua histórica obra, “O quarto de despejo: o diário de uma favelada”, afirma “estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa” (JESUS, 2014, p. 35). E ainda iluminada pela fala manifesto de Conceição Evaristo “E pedimos que as balas perdidas percam o nosso rumo e não façam do corpo nosso, os nossos filhos, o alvo.” (EVARISTO, 2017, p.84).

É situada nesta realidade concreta, que a Comunidade da Linha está consolidada, e é sob esta estrutura que as demandas não só do conflito fundiário, mas do cotidiano historicamente sofrido, emergem com a necessidade de buscar outra saída para as famílias atingidas pela linha do trem, que seja mais humana e menos impactante para todos os envolvidos.

Diante do grande volume de remoções forçadas que seriam realizadas para cumprimento da Lei em áreas urbanas já consolidadas, como é o caso de Recife, fica evidenciada a emergência de se pensar alternativas urbanísticas e legislativas para flexibilização das regras das faixas de domínio/não edificantes, com a criação de planos urbanísticos especiais para essas áreas, a fim de mitigar os impactos econômicos e sociais, reconhecendo os processos autônomos de produção do espaço da cidade, com intervenções responsivas pautadas pela qualificação dessas comunidades e gestão dos riscos. Buscando alternativas guiadas pela intenção de soluções de baixo impacto, menos traumáticas para esta população e menos onerosas aos cofres públicos. Propomos então uma abordagem relacional, já que as linhas férreas não devem ser entendidas como elemento hierarquicamente elevado aos demais componentes da estrutura urbana, muito menos, devem sujeitar as tomadas de decisão, mesmo sem desconsiderar a sua importância para as dinâmicas territoriais.

Por fim, vale destacar o caráter contextual da experiência aqui relatada e que cada caso é um caso e tem seus próprios condicionantes. Como abordado em todo o texto, as contradições não devem ser entendidas numa lógica maniqueísta, entre o bem e o mal, mas sim numa perspectiva relacional. Não precisamos escolher entre uma tática ou outra em busca de coerência, mas sim utilizá-las de forma combinada e apropriada a cada trincheira, como diria o poeta, “na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noite e poemas”, Paulo Leminski (2013¹⁰) e por maiores que sejam as contradições inerentes às experiências de planejamento alternativo, se este servir como pedra, que se junte a outras e voe, a final pessimistas na análise, otimistas na ação (GRAMSCI, 1978). Buscando nas brechas de cada situação limite, faz-se da prática de assessoria técnica em contexto de conflitos, um ato de teimosia, uma insubordinação que levado pelos ensinamentos de Paulo Freire, acredita que “Não sou esperançoso por pura teimosia. Mas por imperativo existencial e histórico.” (FREIRE, 1992, p. 5)

6. Referências

_____. AUTARQUIA DE SANEAMENTO (SANEAR). **Atlas das infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1h_AFynVcMiLqC96F3MOKGA8mwS2u-3Em/view?usp=sharing. Acesso em 23.12.2022.

¹⁰ Tradução Própria. Original: “En la lucha de clases todas las armas son buenas: piedras noches poemas” Paulo Leminski

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território** / Henri Acselrad (org.) ; Rodrigo Nuñez Viégas ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p. : il. color. ; 18 cm. – (Coleção território, ambiente e conflitos sociais ; n. 3)

ALMEIDA, Natália; GALERA, Izabella; JORDÃO, Manoela; MELO, Luan; MOURA, Alice; VAREJÃO, Luana. **Plano Emergencial de Incidência: Contexto e Cenários Alternativos para o Conflito Fundiário na Comunidade da Linha**. Recife: Edição própria, 2021.

AMORE, C. S; HORIZGOSHI, M. R. S. B.; PEREIRA, R. B. **Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária**. In: III Urbfavelas - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. Anais III Urbfavelas - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.

BAIERLE, Sérgio. **Crise do sujeito, otimismo cruel e exclusão participativa**. Vassouras: Texto apresentado no encontro do ETTERN/UFRJ, 2012, p.6.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Direito à moradia adequada. Brasília (DF): Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, **Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Senado Federal, Brasília, 1988.

CASTRO, J . **Geografia da Fome**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957 b.

CAUS, CPDH et al. **Relatório de Pesquisa Social - A Comunidade da Linha Resiste/Sítio Santa Francisca**. Recife, 2021.

CERNEA, Michael. **La sociologie des déplacements forcés : un modèle théorique**. Autrepart, v. 5, p. 11–28, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Nélio Schneider: 1ª. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.

FBSP. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**, Zahar; 1ª edição 26 de outubro de 2020. 376 p.

GERMANO, Douglas. **Metá Metá. Oba Iná.** São Paulo: Deck: 2010. Disponível em: <https://soundcloud.com/metametaoficial/ob-in> Acesso em 23 de dezembro de 2022.

GONÇALVES, G. R. **Do urbanismo unitário à crítica ao urbanismo: um percurso sobre a cidade e o urbano na Internacional Situacionista.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 518-530, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

GORDILHO-SOUZA, Angela M.; EMILIANO, Elisamara de O.; ROCHA, Heliana F. Mettig. 2018 **Processo e Produto na Assistência Técnica da Residência AU+E/UFBA.** In: Urbafavelas. UCSAL, 21 à 23/11/2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 244 p.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade. Valor de uso/valor de troca e a teoria do uso do solo urbano,** p. 131-166. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – Diário de uma favelada.** São Paulo: Editora Ática, 2015.

KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole.** Cad. Metrop. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-483, jul./dez., 2012.

IDMC. Internal **Displacement Monitoring Centre: displacement data.** 2017. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org> Acesso em: 09 ago. 2021.

IPEA e FBSP. **Atlas da violência.** Rio de Janeiro, 2018.

LE BOTERF, G. **Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia.** São Paulo: Companhia das letras, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento.** Tradução de Paula Vaz de Almeida, Edições Avante!. 1ª. Boitempo Editorial. São Paulo. 2020.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade Ocupada.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. Coleção Documentos. fev., 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. Revista Cidades, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

TANAKA, Giselle M. M. **“Planejar para lutar e lutar para planejar”: possibilidades e limites do planejamento alternativo**. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017

VAINER, Carlos. Sem título. **Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. Salvador: GT Conflitos Fundiários Urbanos / Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades, 6 a 8 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; Tanaka, Giselle M. M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camila; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual**. Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 2013.

VAINER, Carlos. **Planejamento Conflitual: Uma utopia experimental. Encontro sobre Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito** NELPLAC/ETTERN/IPPUR. Rio de Janeiro, 2014.

VARGAS, M. Ciência, técnica e realidade. **Revista USP**, [S. l.], n. 14, p. 96-103, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i14p96-103. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25652>. Acesso em: 23 dez. 2022.

VELOSO, Caetano. **Oração ao tempo**. São Paulo: Deck: 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNIPLFsBNbc>. Acesso em 23 dez de 2022.